

ANTEPROJETO LEI- PARECER

DELVA FARIA

O presente debate acerca de dados pessoais, sobre o projeto de lei proposto, apresenta uma finalidade ampla envolvendo a atividade comercial e governamental, desse modo podendo afetar todas as áreas dessas esferas, uma vez que inclui o tratamento de dados pessoais de todos os indivíduos, enquanto cidadãos, seja ele, consumidor, funcionário, cliente, empresa, independente do papel que desempenham na sociedade.

Amparado constitucionalmente, esse debate se faz necessário, porque é fundamental que haja uma consulta prévia, bem como avaliações e opiniões pertinentes, de todas as partes interessadas, afinal envolve todos os setores da indústria e sociedade (setores público e privado).

Dentre outros objetivos, o anteprojeto visa, no seu escopo, proteger o cidadão, na sua maioria vulnerável, isto é proteger a dignidade da pessoa humana que é princípio basilar consagrado na Lei Maior de 1988 em seu artigo 1º, III dispõe que “A República federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, Constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos [...] III - A dignidade da pessoa humana”.

É o princípio maior, fundante do Estado Democrático de Direito. Preocupado com a promoção dos direitos humanos e da justiça social, o constituinte consagrou a dignidade da pessoa humana como valor nuclear da ordem constitucional.

“Dias (2013, p. 65) declara que, sua essência incide sobre uma infinidade de situações que dificilmente se consegue elencar de antemão.”

Segundo Sarlet (2004, p. 41, 42), “podemos compreender que a dignidade da pessoa humana por ser intrínseca, é irrenunciável e inalienável, indispensável, insubstituível pois representa o valor absoluto de cada ser humano”.

Dessa forma, é possível compreender que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, é o mais universal de todos os princípios, pois é através do mesmo que surgem e norteiam os demais princípios de direitos humanos.

REFERÊNCIAS:

VADE MECUM. **Constituição federal de 1988**. 2013, 9ª ed., Ed. Verbo Jurídico.

DIAS, Maria Berenice. **Alimentos aos Bocados**. São Paulo: Editora Revista Dos Tribunais, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. 3ª ed. Revista atualizada e Ampliada, Porto Alegre: Livraria do advogado, 2004.